

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VENTANIA – ESTADO DO PARANÁ

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 793/2019

ANO III

VENTANIA, 14 DE JUNHO DE 2022

EDIÇÃO Nº 511



PUBLICAÇÃO ATOS OFICIAIS



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2022

O Prefeito Municipal de Ventania, tendo em vista que não houve irregularidades no procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 24/2022, destinado a venda parcelada de material para reciclagem obtido por meio da atividade de coleta Seletiva Municipal, conforme discriminados no edital e seus anexos, cujas propostas apresentadas pelas proponentes: MARCOS FERNANDO DA LUZ, e T & R RECICLÁVEIS EIRELI, as quais demonstraram interesse no objeto da licitação em epígrafe, foram analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em data de 30/05/2022, que as apreciou e adjudicou os respectivos itens do lote as proponentes vencedoras conforme o quadro abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ALUMÍNIO ANTIMONIO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	1.000,00	7,00	7.000,00
2	1	BATERIA (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	1.000,00	5,00	5.000,00
3	1	ALUMÍNIO BLOCO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	1.000,00	4,90	4.900,00
4	1	COBRE (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	1.000,00	33,00	33.000,00
5	1	FILME CRISTAL (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	2,00	100.000,00
6	1	FILME PRETO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,55	27.500,00
7	1	LATINHA ALUMÍNIO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	10.000,00	7,40	74.000,00
8	1	METAL (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	10.000,00	19,00	190.000,00
9	1	PANELA ALUMÍNIO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	10.000,00	8,60	86.000,00
10	1	PAPEL BRANCO SOLTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,38	19.000,00
11	1	PAPEL MISTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,10	5.000,00
12	1	PAPELÃO FARDOS (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	100.000,00	0,45	45.000,00
13	1	PAPELÃO SOLTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,35	17.500,00
14	1	PEAD BRANCO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	2,75	137.500,00
15	1	PEAD BRANCO SOLTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	1,50	75.000,00
16	1	PEAD COLORIDO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	2,40	120.000,00
17	1	PEAD COLORIDO SOLTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	1,50	75.000,00
18	1	PET FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	2,90	145.000,00
19	1	PET ÓLEO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,90	45.000,00
20	1	PP BRANCO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	2,30	115.000,00
21	1	PP COLORIDO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	1,80	90.000,00
22	1	PP PRETO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	1,00	50.000,00
23	1	PEAD COLORIDO SOLTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	1,50	75.000,00
24	1	RAFIA FARDO MATERIAL RECICLÁVEL	KG	50.000,00	0,25	12.500,00
25	1	SACO DE CIMENTO FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,10	5.000,00
26	1	SUCATA MISTA (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	100.000,00	1,10	110.000,00
27	1	TETRA PAK FARDO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,20	10.000,00
28	1	VIDRO MISTO (MATERIAL RECICLÁVEL)	KG	50.000,00	0,10	5.000,00
VALOR TOTAL GLOBAL R\$						1.683.900,00

ratificou os atos decisórios do Pregoeiro e Equipe de Apoio, e HOMOLOGO o resultado final da licitação a proponente vencedora acima relacionada.
Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, aos quatorze dias de junho de 2022.

José Luiz Bittencourt
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2022

O Prefeito Municipal de Ventania, tendo em vista que não houve irregularidades no procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 27/2022, destinado a contratação de pessoa jurídica para disponibilização de instrutores, para ministrar aulas e realizar as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS, conforme discriminados no edital e seus anexos, cujas propostas apresentadas pelas proponentes: C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI, FABIANE PORTELA BARBOSA, INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI - EPP, UENILTON CESAR SIMIONATO DA SILVA 05033504940, as quais demonstraram interesse no objeto da licitação em epígrafe, foram analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em data de 03/06/2022, que as apreciou e adjudicou os respectivos lotes as proponentes vencedoras conforme o quadro abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	INSTRUTOR PARA AULAS DE ARTESANATO	UN	2.000,00	43,45	86.900,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R4						86.900,00
FABIANE PORTELA BARBOSA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	INSTRUTOR DE ESPORTES	UN	2.000,00	48,96	97.920,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R5						97.920,00
INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI - EPP						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	INSTRUTOR DE AULA DE DANÇA INSTRUTOR DE AULA DE DANÇA MISTAS DANÇA DE	HS	1.000,00	41,80	41.800,00



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

		SALÃO DANÇA GAUCHA DANÇA DE RUA COM CERTIFICADOS E ENSINO MEDIO COMPLETO				
5	1	INSTRUTOR PARA AULAS DE MÚSICA	UN	1.000,00	43,50	43.500,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R\$						85.300,00

UENILTON CESAR SIMIONATO DA SILVA 05033504940

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	INSTRUTOR PARA AULAS DE ARTES MARCIAIS Instrutor de artes marciais podendo ser muay thai capoeira jiu jitsu judô para crianças e adolescentes profissionais com graduação de instrutor ou professor de artes marciais com apresentação de certificado da confederação brasileira de muay thai e certificado de muay thai taekondo judô. O instrutor deverá dar aulas de artes marciais podendo ser, muay thai, taekondo, judô, para crianças e adolescentes da faixa etária de 07 a 17 anos. As aulas deverão ser ministradas no horário de funcionamento do CRAS, sendo aulas teóricas e práticas.	HS	1.000,00	35,99	35.990,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTRE R\$						35.990,00

ratifico os atos decisórios do Pregoeiro e Equipe de Apoio, e HOMOLOGO o resultado final da licitação as proponentes vencedoras acima relacionadas. Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, aos quatorze dias de junho de 2022.

José Luiz Bittencourt
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

O Prefeito Municipal de Ventania, tendo em vista que não houve irregularidades no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 28/2022, destinado a aquisição de containers destinados para a Secretaria de Meio Ambiente e Administração, conforme discriminados no edital e seus anexos, cujas propostas apresentadas pelas proponentes: B10 LICITA EIRELI, MULTICONTAINER EIRELI, SOLIDARE AGENCIA DE NEGOCIOS LTDA, as quais demonstraram interesse no objeto da licitação em epígrafe, foram analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em data de 07/06/2022, que as apreciou e adjudicou os respectivos lotes as proponentes vencedoras conforme o quadro abaixo:

SOLIDARE AGENCIA DE NEGOCIOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTAINER MARÍTIMO REFEITÓRIO 40 PÉS CONTANDO NO MÍNIMO: - 01 unidade de container reefer 40' HC, com medidas externas em 244 cm de largura, 290 cm de altura e 1219 cm de comprimento; - Elétrica e hidráulica: Instalação de um total de 25 pontos elétricos (sobrepastos) definidos entre: Tomadas; Interruptores; Luminárias (01 por ambiente); Quadro de disjuntores; Instalação de um total de 02 pontos hidráulicos (sobrepastos), com tubulação para esgoto e água fria; - Acabamentos e revestimentos: Pintura externa e interna com tinta naval (cor à definir); Revestimento do piso porcelanato (padrões disponíveis no estoque da empresa); Perfil em alumínio de portas em janelas (na cor branca); Portas originais do container soldadas; - Ambientes: Salão americano: 01 Porta em vidro temperado 8 mm 200 x 210 cm (giro); 02 Janelas em vidro temperado 8 mm 110 x 100 cm (01 fixa e 01 móvel); Instalações elétricas e hidráulicas para copa; - 01 Copa/Cozinha: Divisória isotérmica (em EPC anti-chamas 5 cm espessura) com porta em madeira 90 x 210 cm (giro amadeirada); 01 Janela em vidro temperado 8 mm 110 x 100 cm (01 fixa e 01 móvel). Bancada no material do container em inox medindo 50 x 300 cm com cuba em inox (padrão da empresa); - 02 Lavabos Standard: Divisória isotérmica (em EPC anti-chamas 5 cm espessura) com porta em madeira 70 x 210 cm (giro amadeirada); Vaso sanitário com caixa acoplada (padrão da empresa); Pia de coluna em cerâmica (padrão da empresa); 01 Janela de ventilação de vidro temperado 8mm de 60 x 40 cm (basculante); Torneira e registro (padrão da empresa em pvc); Instalações elétricas e hidráulicas. FRETE E DESCARREGAMENTO INCLUSOS.	UN	1,00	66.000,00	66.000,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R\$						66.000,00

B10 LICITA EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	CONTAINER MARÍTIMO 6 METROS (20 PÉS)	UN	2,00	18.884,46	37.768,92
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R\$						37.768,92

ratifico os atos decisórios do Pregoeiro e Equipe de Apoio, e HOMOLOGO o resultado final da licitação as proponentes vencedoras acima relacionadas. Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, aos quatorze dias de junho de 2022.

José Luiz Bittencourt
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022

O Prefeito Municipal de Ventania, tendo em vista que não houve irregularidades no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 29/2022, destinado a aquisição de kits livros (biblioteca) serão 2 kits educação infantil e 2 kits ensino fundamental, conforme discriminados no edital e seus anexos, cujas propostas apresentadas pelas proponentes: ANDRE ALEXANDRE VASCONCELOS, TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME, as quais demonstraram interesse no objeto da licitação em epígrafe, foram analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em data de 08/06/2022, que as apreciou e adjudicou os respectivos lotes a proponente vencedora conforme o quadro abaixo:

TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BIBLIOTECA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL COM 319 VOLUMES	PNAE IMPRESSO	UN	4,00	8.296,00	33.184,00
2	1	BIBLIOTECA PARA ENSINO FUNDAMENTAL COM 310	PNAE IMPRESSO	UN	4,00	8.296,00	33.184,00



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

VOLUMES					
VALOR TOTAL GLOBAL DOS LOTES R\$					66.368,00

ratifico os atos decisórios do Pregoeiro e Equipe de Apoio, e HOMOLOGO o resultado final da licitação a proponente vencedora acima relacionada. Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, aos quatorze dias de junho de 2022.

José Luiz Bittencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 878, DE 14 DE JUNHO DE 2022

SÚMULA: Denomina de Estádio Municipal FRANCISCO DE JESUS CORDEIRO, o imóvel Municipal campo de futebol de Ventania, localizado na sede do município, na Rua Manoel Barbosa.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ventania, Estado do Paraná, **aprovou**, e eu, **Prefeito Municipal**, nos termos preconizados na Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte:

L E I:

Art. 1º - Fica denominado de Estádio Municipal Francisco de Jesus Cordeiro, o imóvel público Campo de Futebol de Ventania, localizado na Rua Manoel Barbosa, centro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 14 de junho de 2022.

JOSÉ LUIZ BITTENCOURT
Prefeito Municipal

LEI Nº 879, DE 14 DE JUNHO DE 2022

DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ventania, Estado do Paraná, **aprovou**, e eu, **Prefeito Municipal**, nos termos preconizados na Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte:

L E I:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Ventania, para o exercício de 2023, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - As prioridades, metas e riscos fiscais da administração municipal;

II - A estrutura dos orçamentos;

III - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV - As disposições sobre a dívida pública municipal;

V - As disposições sobre despesas com pessoal;

VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária e;

VII - As disposições finais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2023 são aquelas definidas e demonstradas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Parágrafo único - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas e Programas desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas da Unidade Gestora, especificando aquelas vinculadas a Fundos, discriminando as despesas quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente, na forma dos seguintes anexos:

I - Da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - Da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - Do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - Outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano plurianual;

II - *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - *Operação Especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores, as metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, Sub função e programas aos quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei do orçamento por programas, projetos e operações especiais, sendo identificados através da aplicação programada.

Art. 6º - O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pertinentes à matéria, obedecendo a seguinte estrutura:

I - *Classificação Institucional*, cuja finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, classificando os órgãos e fixando responsabilidades entre esses, com consequentes controles e avaliações de acordo com a programação orçamentária;

II - *Classificação Funcional*, que compreenderá as seguintes categorias:

Ano III – Edição nº 511 – Ventania, 14 de junho de 2022

Prefeitura de Ventania – Av. Anacleto Bueno de Camargo, 825 - (42) 3274-1144

www.ventania.pr.gov.br

Página 4 de 8



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

- a) Função, correspondendo ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Município;
b) Subfunção, representando uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
c) Programas, compreendendo as partes do conjunto de ações e recursos da subfunção a que estejam vinculados, necessárias ao atingimento de produtos Finais.

III - Classificação da Natureza da Despesa, com os seguintes desdobramentos:

- a) Categorias econômicas - grupos de natureza de despesa modalidades de aplicação e elementos de despesa.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto ou atividade estará vinculado a uma função, a uma subfunção e a um programa.

Art. 7º - Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estado e ao Distrito Federal - 30;

II - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

III - Transferências a Instituições Multigovernamentais - 71;

IV - Aplicações Diretas - 90;

V - Aplicação direta de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º - O orçamento para o exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 9º - Na elaboração da proposta orçamentária as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços e os índices com as variáveis respectivas, vigentes no período de entrega da proposta orçamentária.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária:

I - Corrigirá os valores da proposta orçamentária para o período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2022;

II - Estimará valores da Receita e fixará os valores da Despesa de acordo com a variação de preços previstos para o exercício de 2023, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços previstos, a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, ou ainda, através de outro que vir a ser estabelecido;

III - Observará para que o montante das Despesas não seja superior ao das Receitas;

IV - Conterá previsão de correção dos valores do Orçamento Geral do Município, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro adotado pelo Governo Federal, acumulado no semestre, se este ultrapassar 25% nesse período, dando ciência à Câmara Municipal;

V - Utilizará o controle da despesa por custos de serviços ou obras que não se encontrem especificados em projetos e atividades;

VI - São nulas as emendas apresentadas à proposta orçamentária:

a) Que não sejam compatíveis com esta lei;

b) Que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente a despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

c) As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos projetos de Lei relativos a créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamentos estabelecidos para elaboração da Lei Orçamentária.

VII - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões relacionadas à dispositiva do texto do projeto de lei;

VIII - Os valores fixados nas metas contidas no Anexo I poderão ser flexibilizados na proporção de 30% para mais ou para menos por ocasião de sua abertura em projetos e atividades no orçamento programa;

IX - Só poderão ser contemplados no orçamento programa para 2023 os projetos e atividades que sejam compatíveis com as metas aprovadas nesta Lei.

Art. 10 - Os fundos municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a despesa relacionadas os seus objetivos, identificadas em Plano de Aplicação.

§ 1º - Os fundos municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos fundos municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da unidade gestora quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 11 - Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2023, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 - Se a receita estimada para 2023, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento das receitas poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, facultativamente até o exercício de 2023, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos de setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e,

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 14 - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 15,00% (quinze por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2023 (art.4º § 2º da LRF).

Art. 15 - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento da administração e Fundos Municipais até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43, da lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Fica o poder legislativo municipal autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares através de resolução até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 16 - Fica o executivo autorizado a proceder por decreto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados nestes limites os créditos adicionais abertos com base no artigo 13º desta lei.



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

Art. 17 - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo 15:

I - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos com recurso do excesso de arrecadação e superávit financeiro, na forma do Art. 43, Parágrafo primeiro, Inciso I e II da Lei Federal 4.320/64;

II - Dos elementos 3190.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens fixas e 3190.13.00.00 – obrigações patronais, para cobertura dos créditos adicionais poderão ser utilizados os recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, II e III, da Lei Federal 4.320/64;

III - Os recursos de anulação parcial ou total de dotações poderá ser de quaisquer elementos de despesas.

Art. 18 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO DE RISCOS FISCAIS desta lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2022;

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 19 - O orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a reserva de contingência, não inferior a 1% (um por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º - Os recursos da reserva de contingência, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 20 - Os investimentos só constarão da Lei Orçamentária Anual se complementados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias à publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas unidades gestoras, se for o caso. (art. 8º da LRF).

Art. 22 - Serão previstos no Orçamento o pagamento de Precatórios Judiciais apresentados até 1º de julho de 2022.

Art. 23 - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta de Lei.

Art. 24 - Os incentivos de natureza tributária à investimentos privados da indústria e Comércio só poderão ser concedidos mediante aprovação de projetos que propiciem aumento da arrecadação e de empregos.

Art. 25 - Os projetos e atividade priorizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF.

§ 2º - Na lei orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF).

Art. 26 - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá preferencialmente aos critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiários.

Art. 27 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal à instituições privadas, para atendimento de despesas correntes ou de capital, compreendidas as subvenções sociais e contribuições, deverão ser autorizadas por Lei específica, e estar previstas no orçamento, compreendido os créditos especiais, e atender as disposições do parágrafo único do artigo 16, do parágrafo único do artigo 18 e dos artigos 17,19 e 21, todos da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Federal nº 13.019/2014 e da Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014, e instrução normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, termo de compromisso, ou similares, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº 8666/93, art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e o disposto no § 3º, do art. 12 e artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 28 - Serão considerados para efeito do Art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o Art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal.

II - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16, da Lei nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse ao limite de 5,00% (cinco por cento) do valor correspondente ao total geral do orçamento do Exercício corrente.

Art. 29 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 30 - Poderão ser destinados recursos para atender despesas de competência de outros entes da Federação, realizadas no âmbito e em favor do Município, mediante celebração de convênios, acordos ou ajustes e previstos na Lei Orçamentária. (art. 162 da LRF).

Art. 31 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2023 a preços correntes.

Art. 32 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com a apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da CF).

Art. 33 - Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividade ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023. (art. 167, I, Constituição Federal).

Art. 34 - O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º, da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, etc. (art.4º, I, “e” da LRF).

Parágrafo único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do Exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 35 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2023 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 36 - Fica autorizado ao Poder Executivo a abertura e execução de 1/12 avos mês da proposta orçamentária para o exercício de 2023 caso não ocorra aprovação da LOA pelo poder Legislativo até 31/12/2022.

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Ano III – Edição nº 511 – Ventania, 14 de junho de 2022

Prefeitura de Ventania – Av. Anacleto Bueno de Camargo, 825 - (42) 3274-1144

www.ventania.pr.gov.br

Página 6 de 8



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

Art. 37 - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 120% (cento e vinte por cento) da receita Corrente Líquida, apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato.

Parágrafo único - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 38 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 37 desta lei, enquanto perdurar o excesso o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenhos, de que trata o art. 31 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39 - Deverão ser destinados recursos para cumprimento do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal e seus parágrafos.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40 - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

§ 1º - Os Poderes Legislativo e Executivo ficam autorizados a proceder a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, de conformidade com os índices oficiais de atualização monetária, no exercício de 2023.

§ 2º - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, Parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, bem como ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 41 - O Executivo e o Legislativo Municipal poderão realizar concurso público e admitir pessoal aprovado no mesmo, e mediante lei autorizativa, poderão em 2023, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e regras da LRF (art. 169, §1º, II, da CF).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2023.

Art. 42 - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 43 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF.

Art. 44 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos art. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 45 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores, de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cuja atividade ou função guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ventania, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 46 - A contratação de horas extras fica limitada a 30% do total da folha de pagamento nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social e a 20% para as demais áreas da administração.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000).

Art. 48 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante ato fundamentado, tomar as medidas necessárias para efetivar referido cancelamento, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2022.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir os dispostos no *caput* deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária não for encaminhado à sanção até o início do exercício Financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto, usando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício de 2022, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 50 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência da tesouraria.

Art. 51 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 52 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 53 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 14 de junho de 2022.

JOSE LUIZ BITTENCOURT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070, DE 13 DE JUNHO DE 2022

SUMULA: "Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor Henrique Teixeira da Silva, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no Artigo 90, Inciso II, Alínea "d" da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

Art. 1º - Conceder 10 (Dez) dias de férias regulamentares ao servidor **Henrique Teixeira da Silva**, CPF/MF nº 054.968.719-05, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, do quadro de cargos de provimento em Comissão, a partir do dia 13/06/2022 a 22/06/2022, referentes ao período aquisitivo de 2021 a 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 13 de junho de 2022.

JOSÉ LUIZ BITTENCOURT

Prefeito Municipal